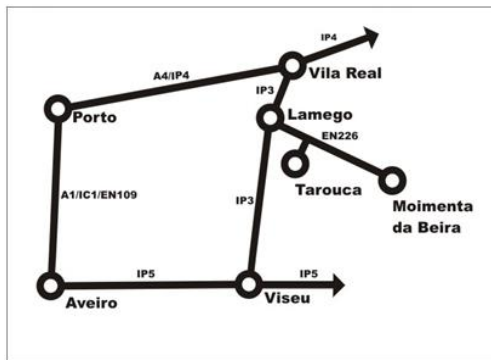


TAROUCA



RELATÓRIO 3.2

AValiação Ambiental Estratégica RESUMO NÃO TÉCNICO

setembro 2017

*Este Relatório foi convertido para o novo acordo ortográfico pelo **programa Lince***

Esta folha foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

| | | |
|----|--|----|
| 1_ | Introdução | 3 |
| 2_ | Enquadramento legal da AAE | 4 |
| 3_ | Metodologia | 5 |
| 4_ | Objeto da Avaliação e Quadro de Referência Estratégico | 6 |
| 5_ | Fatores Críticos para a Decisão | 16 |
| 6_ | Programa de Gestão e Monitorização Ambiental | 33 |
| 7_ | Modelo de Governança | 46 |
| 8_ | Conclusões | 48 |
| 9_ | Bibliografia | 50 |

Esta folha foi deixada em branco propositadamente

1_ INTRODUÇÃO

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um instrumento de avaliação de impactos de natureza estratégica cujo objetivo principal é facilitar a integração ambiental e avaliação de oportunidades e riscos de estratégia de ação, num quadro de sustentabilidade (Partidário 2007). Tornou-se um procedimento de carácter obrigatório em Portugal com a publicação do Decreto-Lei nº232/2007, de 15 de junho, resultado da transposição da Diretiva nº2001/42/CE para a legislação nacional. Surge assim como instrumento de apoio à tomada de decisão, sendo transparente a nível estratégico, visando o desenvolvimento sustentável.

De acordo com a legislação nacional e comunitária, a AAE contribui para a inclusão das considerações ambientais na preparação e aprovação de Planos e Programas, com envolvimento do público e das diversas autoridades ambientais. Assim, emerge a necessidade da AAE ter um comportamento flexível e estratégico que não dependa da sua escala e âmbito de aplicação. Desta forma, é crucial reger-se por princípios de responsabilização, de participação e de transparência, bem como tornar todo o seu processo iterativo e fácil, acompanhados de procedimentos de preparação, execução e revisão que fazem parte da caracterização dos planeamentos de programação, de modo, a atuar na formulação e discussão de estratégias, como também, servir de apoio quando as decisões sobre as grandes opções de desenvolvimento ainda se encontram abertas.

O presente documento corresponde ao Resumo Não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da proposta de Plano Diretor Municipal de Tarouca.

2_ ENQUADRAMENTO LEGAL DA AAE

O procedimento de AAE, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, consiste na *“identificação, descrição e avaliação dos eventuais impactes significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração de um plano ou programa e antes do mesmo ser aprovado ou submetido ao procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na ponderação da decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final”*. Os planos e programas que estão sujeitos a avaliação ambiental são definidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que identifica os **“ planos e programas para os setores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação”**, enquadrando, desta forma, o plano diretor municipal de Tarouca.

3_ METODOLOGIA

Para a elaboração da AAE da proposta de PDMT seguiram-se as orientações do “*Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas*” (Partidário, 2007) e do “*Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território*” (DGOTDU, 2008). De acordo com estes documentos, o processo da AAE desenvolve-se em vários momentos, nomeadamente os seguintes.

- a) Relatório de Fatores Críticos (que integra a definição do âmbito e do alcance da avaliação ambiental;
- b) Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico (que analisa e avalia na perspetiva ambiental os objetivos estratégicos do Plano em análise);
- c) Declaração Ambiental;
- d) A Execução do Plano e a posterior Monitorização da AAE.

4_ OBJETO DA AVALIAÇÃO E QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

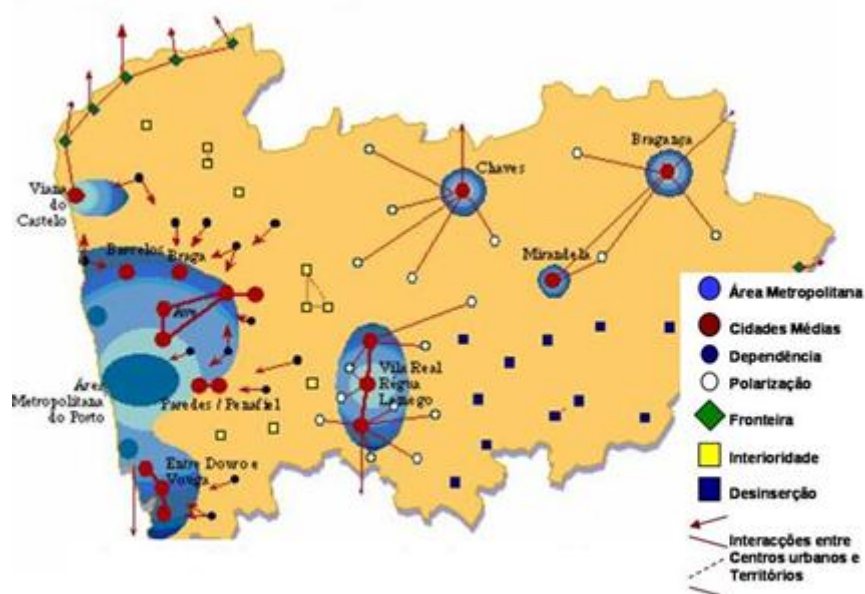
A Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca, consubstanciada pelas suas opções estratégicas e respetivos objetivos, constitui o objeto da presente avaliação ambiental estratégica. O Plano Diretor Municipal de Tarouca em vigor foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/95, de 23 de Fevereiro (Diário da República I Série – B, n.º 46), e foi sujeito a uma alteração a partir da Resolução de Conselho de Ministros n.º 168/2000, de 29 de Outubro (Diário da República I Série – B, n.º 276), enquadrada pelo Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), tendo sido divulgada a deliberação da decisão de revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca, dando assim início a um período de participação pública.

O Concelho de Tarouca localiza-se na Região NUT II – Norte, Sub-Região NUT III – Douro e pertence ao Distrito de Viseu. Tarouca tem como concelhos limítrofes, a Poente e a Norte o Concelho de Lamego, a Nordeste o de Armamar, a Nascente de Moimenta da Beira, a Sudeste o de Vila Nova de Paiva e a Sul o Concelho de Castro Daire.

Recorrendo ao sítio do INE, Tarouca apresenta no ano de 2011 uma área de 100 km² e uma população total de 8 048 habitantes, distribuídos por 7 freguesias, na sequência da aplicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, a qual dá cumprimento à Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, no que respeita à obrigação da reorganização administrativa do território, a saber: União de Freguesias de Gouveães e Ucanha, Granja Nova e Vila Chá da Beira, União de Freguesias de Dálvares e Tarouca, Mondim da Beira, Salzedas, S. João de Tarouca e Várzea da Serra. Tarouca beneficia da proximidade relativa, de importantes centros urbanos que se encontram em franco desenvolvimento - Vila Real – Régua - Lamego e Aveiro – Viseu, assim como a algumas das vias estruturantes do país – IP3/A24, IP4, A25 o que faz com que a sua localização seja um fator importante a considerar numa estratégia de desenvolvimento municipal.

O município de Tarouca integra ainda a recentemente criada, Comunidade Intermunicipal do Douro de que fazem parte os municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real. Esta associação de fins múltiplos, pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e que visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram, substitui a extinta Comunidade Urbana do Douro criada em Julho de 2004.

Figura 2 - O Sistema Urbano Regional e as suas interações



Fonte – O Sistema Urbano Regional – Estudos de caso CCDRN

O concelho situa-se na zona de transição entre as Beiras e o Alto Douro, apresentando características diversas: a parte sul do concelho (mais elevada) apresenta invernos rigorosos com elevada precipitação (por vezes sob a forma de neve), e com verões quentes, enquanto que a zona norte tem um inverno mais ameno (embora o verão também seja quente e seco).

Em termos hidrográficos, o concelho de Tarouca pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Douro. Os principais cursos de água existentes no concelho são: o rio Varosa (afluente da margem esquerda do rio Douro, que atravessa todo o concelho), ribeira de Tarouca (afluente do rio Tarouca), para além de outros cursos de água temporários. O concelho de Tarouca é servido pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, o qual tem como função a captação, tratamento, e distribuição de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes.

O concelho de Tarouca insere-se ainda no sistema aquífero do Maciço Antigo Indiferenciado. O Maciço Antigo é a unidade geológica que ocupa a maior extensão em Portugal, sendo constituído essencialmente por rochas eruptivas e metassedimentares. As litologias associadas a este tipo de rochas são normalmente designadas (pelos hidrogeólogos) por rochas fraturadas ou fissuradas. Em termos gerais, podem-se considerar como materiais com escassa aptidão hidrogeológica, pobres em recursos hídricos subterrâneos. Ainda assim, apesar da escassez do recurso, eles desempenham um papel importante, tanto no abastecimento à população, como na agricultura (INAG, 2000).

No que se refere à ocupação do solo, o concelho apresenta cerca de 29% ocupado com superfície agrícola e 65% com exploração florestal, facto que lhe pode atribuir vulnerabilidade ao risco de ocorrência de incêndio florestal.

Em termos económicos, ao nível do n.º de empresas existentes no município, as principais encontram-se nos sectores relacionados com o “Comércio por grosso e a retalho”, “Construção” e “Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas”. As principais empresas da indústria transformadora existentes no concelho são relativas às “Indústrias Alimentares, das bebidas e do tabaco” e “Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos”.

O concelho tem como principais atividades relacionadas com o sector primário a agricultura (batata, macieira, vinha, oliveira e sabugueiro) e a criação de gado. Ao nível das indústrias do ramo agroalimentar destaca-se a produção dos famosos vinhos e espumantes das Caves da Murganheira, na freguesia de Ucanha. A rentabilização da produção vinícola é uma realidade no concelho (Vinho de mesa da Varosa – Região Demarcada de Espumantes e Vinhos), assim como a Castanha, enquanto importante fonte de rendimento, promove a integração do concelho na Região Demarcada de Origem Protegida “Soutos da Lapa”. Refira-se ainda que Tarouca é o concelho do país com maior produção da Baga do Sabugueiro (com aplicações a nível farmacêutico, tinturaria, medicina tradicional e doçaria).

A atividade turística encontra-se em franca expansão (devido ao património natural – praias fluviais em Mondim da Beira, Ucanha e várzea da Serra, com atividades de desporto, como canoagem, e lazer - histórico, cultural e arquitetónico). O concelho de Tarouca apresenta 16 registos de património classificado e em vias de classificação no IPPAR, e 23 registos de sítios arqueológicos registados no IPA. O concelho insere-se ainda no Pólo de Desenvolvimento Turístico do Douro, facto que contribuirá para uma maior dinamização deste sector.

O Espaço Florestal no concelho de Tarouca tem uma importância económica, social e ambiental, que não pode ser ignorada. Devido ao crescimento socioeconómico da sociedade atual verifica-se desertificação humana nas áreas rurais do interior, bem como o abandono das atividades agroflorestais. Este despovoamento, bem como a falta de ordenamento, de planeamento e gestão têm conduzido a grandes áreas contínuas de combustível, tornando-se um potencial perigo que, conjugadas com condições de seca prolongada resultam em incêndios catastróficos.

Este potencial florestal, áreas florestais e incultos, representa 65% da superfície total do concelho, localizando-se essencialmente nas mesmas zonas de distribuição das áreas de incultos, a Sul e a Este, pelo que se constata serem estas zonas a apresentar maior potencial florestal no concelho. No

Concelho de Tarouca, a maior parte da floresta existente está estruturada de forma contínua em manchas de maior dimensão pelo que são passíveis de ser alvo de atrativas e interessantes ações em termos de gestão e ordenamento do território. Estas manchas são constituídas essencialmente por espécies resinosas, ou seja por espécies altamente combustíveis, associadas a um elevado risco de incêndio. A área de incultos, é constituído por matos de diferentes níveis de densidade e estrutura, influenciando do risco de incêndio, enquanto a área florestal, é constituído por Folhosas Caducifólias, como o castanheiro e o carvalho, e por Outras Florestas, nomeadamente pinheiro bravo e povoamentos mistos desta mesma espécie com carvalho e castanheiro.

Segundo o PROF do Douro, o concelho de Tarouca encontra-se abrangido por duas sub-regiões homogéneas: Beira Douro e Montemuro mas em toda a região Douro, para as quais serão adotados objetivos específicos comuns e específicos.

Com base no exposto, sistematiza-se através da análise SWOT¹, apresentada no Quadro 1, uma caracterização da situação de referência e diagnóstico da área de intervenção da proposta de Revisão do PDM de Tarouca.

De acordo com os princípios metodológicos da AAE, esta análise SWOT identifica e exprime as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças associadas ao território, para a situação atual, sem considerar nesta análise a implementação da proposta de revisão do PDM.

Configurando uma leitura da situação existente e o diagnóstico da área de intervenção do Plano, a análise SWOT permitirá prognosticar intervenções estratégicas e prioritárias para o concelho.

¹ O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês e um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

Quadro 1 - Análise SWOT correspondente à área do concelho de TAROUCA

| Forças | Fraquezas |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Elevada presença florestal (52% do uso do solo) - Situação geográfica estratégica face aos polos urbanos de Vila Real, Lamego e Régua - Proximidade a eixos viários importantes (IP2, IP3, IP5, ...) - Proximidade à plataforma logística da Régua - Proximidade geográfica à fronteira (cerca de 150km) - Património histórico e cultural (arquitetónico e arqueológico) - Património paisagístico (vales, montanhas, praias fluviais) - Requalificação urbana e de edifícios nos centros históricos, nas freguesias de Ucanha e Salzedas. - Requalificação dos espaços públicos no âmbito do Plano de Urbanização de Tarouca e Dálvares - Requalificação das aldeias rurais - Totalidade de população do concelho servida por sistemas de abastecimento de água - Papel significativo de algumas unidades industriais que se dedicam à transformação de produtos alimentares - Concelho do país com maior produção de boga de sabugueiro - Rentabilização da produção vinícola – região demarcada (presença das unidades de produção “Caves Murganheira”) - Castanha – importante fonte de rendimento - Estrutura ecológica de elevado valor - Integração no Pólo de Desenvolvimento Turístico do Douro | <ul style="list-style-type: none"> - Reduzida taxa de drenagem e tratamento de águas residuais (apenas 74% da população do concelho servida por sistemas de tratamento de águas residuais) - Existência de fossas sépticas com funcionamento deficiente - Reduzida taxa de reciclagem de RSU - Ocorrência de incêndios florestais nos últimos 13 anos - Baixos níveis de desenvolvimento da região - Cerca de 30% dos espaços urbanos encontram-se disponíveis - Território marcadamente rural - Estrutura agrícola fragmentada, baseada no minifúndio - Diminuição da população, envelhecimento acentuado da população e diminuição considerável da taxa de natalidade no período inter-censitário (1991-2001) - Baixo nível de instrução no concelho - Aumento da taxa de analfabetismo no período intercensitário (1991-2001) - Mão-de-obra pouco qualificada - Desemprego - Atividade industrial fragmentada - Dificuldade na comercialização dos produtos alimentares produzidos nas unidades industriais - Declínio da atividade agropecuária (quer em número de explorações, quer em termos de efetivo animal) - Fragilidade da iniciativa empresarial da região - Fragmentação e ausência de cooperação - Fragilidades tecnológicas e comerciais - Fraca produtividade do concelho - Oferta de serviços hoteleiros é incipiente |

| Oportunidades | Ameaças |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Promoção do turismo aproveitando o património natural e cultural - Aproveitamento do potencial turístico do concelho (cultura do vinho e da vinha, maçã e boga do sabugueiro, paisagem de montanha, património cultural construído, artesanato, gastronomia, etc.). - Possibilidade de internacionalização de produtos e serviços - Dinamização do sector agrícola - Criação de cooperativas agrícolas e incentivo à cooperação entre agricultores - Criação de “clusters” regionais associados às culturas existentes: abertura ao sector transformador, que permitirá alargar a cadeia de valorização dos produtos que são extraídos da terra. - Desenvolvimento de uma base industrial capaz de permitir a transformação dos produtos extraídos dos solos, aumentando o potencial de valor acrescentado da região. - Intervenção na gestão florestal | <ul style="list-style-type: none"> - Êxodo rural - Desertificação - Risco de incêndio - Risco de deslizamentos/erosão - Ausência de desenvolvimento empresarial e competitividade - Invisibilidade económica do concelho |

Decorridos que estão vinte anos da publicação do PDM de Tarouca (plano este ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/95, de 23 de Fevereiro (Diário da República I Série – B, n.º 46), e sujeito a uma alteração a partir da Resolução de Conselho de Ministros n.º 168/2000, de 29 de Outubro (Diário da República I Série – B, n.º 276), aliado ao facto do território ter sofrido inúmeras transformações durante todo este período, tornou-se oportuno a sua revisão. Para além da questão temporal, que obriga à revisão do PMOT, existe ainda um conjunto de fatores que tornam urgente a sua revisão. A desatualização da cartografia que serviu de base à elaboração do atual PDM (aquando da revisão do PDM foi utilizada cartografia digital e sistemas de informação geográfica) e a alteração da estrutura regulamentar (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), foram alguns dos fatores que potenciaram a necessidade de revisão do PDM.

Ao longo dos últimos anos tem-se verificado uma incapacidade de resposta deste plano em vários domínios, prejudicando os interesses do município e dos seus munícipes de uma forma geral. De forma a colmatar esta lacuna, a autarquia tem recorrido a outros instrumentos de planeamento urbanístico que proporcionaram a resolução de alguns problemas. No entanto, também estes mecanismos começam a ser insuficientes para fazer face às exigências do presente e aos desafios do futuro (Relatório de fundamentação da proposta de revisão do PDM de Tarouca, 2009).

De acordo com informação constante no Relatório de fundamentação da proposta de revisão do PDM de Tarouca, a presente proposta de revisão do PDM *“enquadra-se na necessidade de adaptar o plano em vigor aos inúmeros fatores externos que condicionam o desenvolvimento concelhio, corrigindo algumas incongruências que o actual documento apresenta e dotando-o de maior operacionalidade para criar e enquadrar dinâmicas dos agentes locais que sustentem um modelo de ordenamento e desenvolvimento endógeno de qualidade”*. Acresce ainda, as novas realidades territoriais e os instrumentos disponíveis para gestão do território enquanto factores determinantes e imprescindíveis na revisão do PDM.

Deste modo, são identificadas pelo Relatório de Fundamentação de Avaliação da Execução do PDM (Novembro, 2009) as seguintes situações que levam à necessidade de revisão do PDM:

- Adequação a novos projetos e programas que direta ou indireta afetam o território municipal – novas acessibilidades (PRN:IP3 e IC26), novos instrumentos para o solo rural (PROF Douro e CRIF Tarouca), a classificação do Alto Douro Vinhateiro como património mundial, assim como ao novo regime jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial;
- Utilização de cartografia digital e introdução de sistemas de informação geográfica - a utilização de bases digitais é o ponto de partida para auxiliar a gestão urbanística diária minimizando a subjetividade nas delimitações das diferentes categorias de espaços e

ajudando a população e os técnicos responsáveis na interpretação espacial e regulamentar do PDM;

- Correção de erros materiais na representação gráfica do plano - incongruências nos limites dos perímetros urbanos representados a escalas diferentes e a sobreposição de condicionantes a espaços considerados perímetros urbanos;
- Alteração conceptual e regulamentar - novas orientações em termos de conceitos a utilizar, bem como novos critérios de classificação e reclassificação do solo e novos critérios para definição de categorias de qualificação do solo;
- Panorama administrativo - desde 1995 registaram-se transformações no enquadramento administrativo concelhio, a sede de concelho foi elevada à categoria de cidade e na proposta de criação de áreas metropolitanas, o concelho de Tarouca integrou na altura a Grande Área Metropolitana de Viseu (GAMVIS);
- Urgente adaptação das propostas do PDM face às actualidades e exigências, o que, caso não aconteça pode incompatibilizar a candidatura a programas comunitários e investimentos públicos e/ou privados.

Estas, entre outras, são razões para que se considere que o atual PDM já não se adequa à realidade concelhia e regional, atribuindo especial importância à revisão do PDM.

A presente proposta de revisão do PDM de Tarouca apresenta mais-valias relativamente à avaliação efetuada no PDM de 1ª geração, nomeadamente ao nível da **utilização de cartografia digital e introdução de sistemas de informação geográfica**. A utilização de bases digitais potencia a objetividade nas delimitações das diferentes categorias de espaços, bem como auxilia a população e os técnicos responsáveis na interpretação espacial e regulamentar do PDM.

Por outro lado, tal como já foi referido anteriormente, o novo enquadramento legal do ordenamento do território reforça a necessidade de rever o PDM adequando-o do ponto de vista do conteúdo à lei de bases do ordenamento do Território Lei n.º 31/2014 de 30 de maio e ao novo regime jurídico consagrado no **Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio**.

Conforme referido Relatório de fundamentação da proposta de revisão do PDM de Tarouca, *“para além do seu conteúdo regulamentar, o PDM da 2ª geração assume-se como documento estratégico para o desenvolvimento municipal”*.

A proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca consiste em redefinir todo o processo de planeamento e de ordenamento do território municipal procurando considerar as mudanças significativas decorridas desde a publicação do PDM de Tarouca, nomeadamente as que dizem respeito à introdução do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e respetiva legislação subsidiária. Assim, e como é referido pelo Relatório do Plano da proposta de revisão do

PDMT procura centrar a atenção na elaboração de um instrumento de gestão territorial global e adequado a todo o território. Para tal, definiram-se como principais objetivos estratégicos que se pretendem alcançar com a proposta de revisão do PDMT os seguintes:

Quadro 2 – Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Tarouca

| OPÇÕES ESTRATÉGICAS | OBJETIVOS ESTRATÉGICOS |
|---|--|
| <p>VALORIZAÇÃO DA DIMENSÃO SUPRA-MUNICIPAL DE TAROUCA E CRIAÇÃO DE UMA IMAGEM DE MARCA</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Apostar em sectores económicos estratégicos a nível regional: produção vinícola (Região Demarcada de Espumantes e Vinhos), castanha (Região Demarcada de origem Protegida "Soutos da Lapa"), a floresta, silvopastorícia/agropecuária, a exploração da baga do Sabugueiro, produção da maçã, batata e os enchidos; • Apostar na produção de produtos de excelência e criar uma imagem de marca concelhia/regional; • Estabelecer parcerias com pólos de conhecimento e desenvolvimento, como sejam universidades e indústrias, de forma a otimizar os recursos agro-florestais do concelho; • Dinamizar a certificação de produtos como Denominação de Origem Protegida. |
| <p>INTEGRAÇÃO REGIONAL E REFORÇO DA MOBILIDADE</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a mobilidade interna e externa como fator de integração regional • Assegurar canais eficientes de mobilidade com o exterior: sede do Concelho com a A24 e o IC26 proposto • Promover a melhoria e manutenção da rede local de ligação entre as sedes de freguesia • Assegurar nós viários de restabelecimento adequados e compatíveis com a rede local |
| <p>VALORIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO TURÍSTICA DO PATRIMÓNIO</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Coordenar as acções de promoção de desenvolvimento do turismo regional • Reforçar os programas de recuperação do património edificado e espaços públicos • Promover e divulgar os produtos turísticos • Apostar no sector do turismo cultural e turismo em espaço natural • Estruturar e coordenar de forma continuada a oferta cultural no concelho • Estabelecer parcerias com agentes privados com interesses económicos no concelho, de forma a potenciar a actividade turística nos seus diversos contornos • Potenciar a actividade turística, programar infra-estruturas de apoio ao turismo e valorizar novas formas de turismo concelhias |
| <p>ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS – PATRIMÓNIO, URBANIDADES E EQUIPAMENTOS</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Revitalizar e reabilitar as zonas urbanas antigas dos principais aglomerados • Estruturar as expansões urbanas • Oferecer novos modelos urbanos de média e baixa densidade, através da elaboração de um plano de acção para as infra-estruturas • Delinear novos programas urbanos (tipologias e formas urbanas) • Criar e estruturar uma rede qualificada de espaços de encontro e socialização • Promover o espírito de identidade e respeito pelo local de residência |

| | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a coesão social • Intervir nas zonas urbanas degradadas do concelho – apoio à intervenção para reabilitar e dotar de condições de salubridade e habitabilidade • Valorizar elementos naturais no interior e na envolvente dos aglomerados – espaços de ligação ao território rural • Assegurar níveis adequados de serviços de infra-estruturas (sistemas de abastecimento de águas e sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais e sistemas de gestão de resíduos) |
| <p>VALORIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO ESPAÇO RÚSTICO</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o equilíbrio entre as potencialidades naturais e a actividade humana; • Concretizar o projecto âncora - Parque Ribeirinho de Tarouca – exemplo de intervenção no espaço rústico com vista a torná-lo passível de usufruto controlado bem como pólo de afirmação e atracção da cidade; • Potencializar a Serra de Stª Helena, o seu Santuário e todos os recursos nomeadamente do ponto de vista Hoteleiro; • Monitorizar a qualidade dos espaços naturais do concelho em especial linhas de água, vale e serra de Sta. Helena; • Garantir a implementação do PMDFCI e a concretização das medidas de reflorestação, reduzindo os riscos de erosão e de incendio florestal, bem como no controlo das ações de reflorestação, promovendo o aumento da resiliencia dos espaços florestais aos incêndios; • Divulgar Fundos de Apoio e Incentivo a práticas agrícolas sustentáveis – medidas agro-ambientais; • Qualificar as práticas agrícolas e agropecuárias de forma a não serem geradoras de impactes ambientais; • Promover o território como espaço de lazer e recreio; • Preservar e valorizar os valores naturais e paisagísticos locais; • Estimular a prática de exploração de energias renováveis; • Melhorar a Gestão Ambiental do município. |

5_ FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

5.1_ INTRODUÇÃO

Os Fatores Críticos de Decisão constituem os temas fundamentais sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes que servirão de base para a tomada de decisão. Estes FCD foram já apresentados na 1ª fase da AAE da revisão do PDMT, tendo por base o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho e a interligação entre os objetivos estratégicos, Quadro de Referência Estratégico e Fatores Ambientais.

Quadro 3 – Os FCD identificados na fase de RFC foram:

| FCD | BREVE DESCRIÇÃO |
|--|---|
| TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL | Pretende avaliar a organização espacial do território, tendo em conta os aspetos que conduzem a uma melhoria e valorização do ordenamento do território, bem como identificar as potencialidades e/ou constrangimentos que a proposta de Plano de Diretor Municipal terá ao nível do desenvolvimento económico e da sua dinâmica empresarial, tendo em conta os objetivos estratégicos definidos. |
| DESENVOLVIMENTO TURISTICO | Pretende avaliar os impactes decorrentes das opções da proposta de revisão do PDM de Tarouca sobre um conjunto de domínios, que se revelam importantes para o território na perspetiva do desenvolvimento do setor do turismo, nomeadamente a adoção de uma gestão correta dos recursos existentes para a valorização ambiental e cultural, entendida como o motor da preservação da integridade da qualidade física do ambiente e dos valores culturais, da conservação dos ecossistemas e restantes valores naturais associados, e da promoção do património natural. |
| QUALIDADE AMBIENTAL | Pretende analisar a qualidade ambiental do território de Tarouca, nomeadamente através da avaliação dos principais domínios da componente ambiental (ar, água, solo). Pretende ainda verificar em que medida os objetivos definidos poderão contribuir para uma melhor gestão dos recursos hídricos, do solo, da qualidade do ar e do ruído, dos resíduos e da eficiência energética. |
| RISCOS AMBIENTAIS | Pretende analisar os riscos a que o território de Tarouca se encontra sujeito, nomeadamente os riscos de incêndio, riscos de cheia e os riscos industriais/tecnológicos. |

Para cada fator crítico de decisão, foram identificados critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores, de forma a criar uma base de avaliação das propostas do plano e apresentados no quadro 2. Refere-se neste contexto que o quadro seguinte já contempla as considerações e recomendações das entidades consultadas na fase anterior do processo de AAE.

Quadro 4 – Fatores Críticos para a Decisão, Critérios, Objetivos de Sustentabilidade e Indicadores de análise

| FC D | DOMÍNIO | CRITÉRIOS | OBJETIVO DE SUSTENTABILIDADE | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE |
|---------------------------------------|-------------------------------|--|---|---|---------------------|--------------------|-----------|
| TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL | ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | TERRITÓRIO | <p>- Promover a correta definição do perímetro urbano</p> <p>- Fomentar a prossecução de uma “Política de Solos”</p> <p>- Promover um correto ordenamento tendo em conta as condicionantes existentes</p> | Solo Urbano | ha | Concelho | Município |
| | | | | Taxa de Ocupação do Perímetro Urbano | % | | |
| | | | | Espaço Industrial | ha | | |
| | | | | Taxa de ocupação da Área de Acolhimento Empresarial e Local de Tarouca | % | | |
| | | | | Evolução dos Espaços de Atividades Industriais | ha | | |
| | | | | Espaço Agrícola | ha | | |
| | | | | Espaço Florestal | ha | | |
| | | | | Estrutura ecológica Municipal | ha | | |
| | Acessibilidades e Transportes | <p>- Assegurar a mobilidade de pessoas e bens no concelho, ao proporcionar um sistema viário ordenado e seguro</p> | Rede viária | Classificação qualitativa | Concelho | Município | |
| | | | Transportes coletivos | Classificação qualitativa | | | |
| | | | Volume de tráfego | Veículos/hora | | | |
| | | | Número e tipologia de alterações à rede viária | Nº e Tipo | | | |
| | QUALIDADE DE VIDA | POPULAÇÃO | <p>- Impulsionar a fixação de População</p> | População Residente | N.º | Concelho | INE |
| | | | | Taxa de crescimento médio anual da população residente | % | Concelho | |
| | | | | Densidade Populacional | Hab/km ² | Concelho | |
| | | | | População residente segundo a qualificação académica | % | Concelho | |
| | | | | Disponibilidade de transportes coletivos [apoio à 3ª idade e à pré-escola] | Nº | Concelho | Município |
| | | | | Níveis de atendimento dos transportes coletivos [apoio à 3ª idade e à pré-escola] | % | Concelho | |
| HABITAÇÃO | | <p>- Fomentar a prossecução de uma “Política de habitação”</p> | N.º de alojamentos, por tipo de alojamento | N.º | Concelho | INE | |
| | | | Alojamentos por tipo de ocupação | N.º e tipo | Concelho | | |

| FC D | DOMÍNIO | CRITÉRIOS | OBJETIVO DE SUSTENTABILIDADE | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE | |
|--|-------------------------------------|----------------------------------|---|--|--|--------------------|-----------|-----------|
| | | EQUIPAMENTOS | - Promover a habitação enquanto um direito do Município | | | | | |
| | | | - Assegurar uma oferta de equipamentos de diversas tipologias | Equipamentos de utilização coletiva | N.º e tipo | Concelho | Município | |
| | | | - Assegurar a qualidade da oferta de serviços de apoio à infância e a idosos | Índice de Envelhecimento | N.º | | INE | |
| | | | | N.º de Serviços de apoio a idosos | N.º | | Município | |
| | N.º de Serviços de apoio à infância | N.º | | | | | | |
| | ATRATIVIDADE E VITALIDADE ECONÓMICA | VITALIDADE ECONÓMICA | - Impulsionar o progresso económico do Concelho - Promover a atração de quadros técnicos médios e superiores | Empresas por número de pessoas ao serviço | N.º | Concelho | INE | |
| | | | | Taxa de desemprego | % | | | |
| | | | | Taxa de Atividade | % | | | |
| | | | | População empregue por sectores de atividade | % | | | |
| | | | | Tipo de empresas instaladas nos Espaços de Atividade Económica | Tipologia | | | |
| | | | | Associações de produtores agrícolas | N.º | | | |
| | | OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO | | - Reafirmar a Competitividade, Atratividade e Dinâmica do Concelho | Marcas, certificações e /ou denominações de origem | N.º | Concelho | Município |
| | | | | | Setor florestal, agrícola e agropecuário | N.º | | |
| | | | | | Nº de associações de produtores florestais | Nº | | |
| Nº de empresas associadas ao setor florestal | | | | | Nº | | | |
| | | | Áreas de Desenvolvimento Turístico | N.º e tipo | | | | |

| FC | D | DOMÍNIO | CRITÉRIOS | OBJETIVO DE SUSTENTABILIDADE | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE |
|---------------------------|---|--|--|--|-------------|------------------------|--------------------|-------|
| DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO | VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO NATURAL E PATRIMÓNIO CULTURAL | VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO | <ul style="list-style-type: none"> - Promover a valorização do espaço natural - Fomentar a complementaridade entre património natural e cultural - Impulsionar a identificação do património construído diferenciador - Identificar características diferenciadoras e especificidades locais | Intervenções de valorização do espaço natural | N.º e tipo | Concelho | Município | |
| | | | | Rotas e percursos | N.º e tipo | | | |
| | | | | Património Classificado | N.º e tipo | Concelho/ Freguesia | Município | |
| | | | | Património cultural de interesse municipal | N.º e tipo | | | |
| | DINÁMICAS TURÍSTICAS | POTENCIAÇÃO DAS DINÁMICAS TURÍSTICAS | <ul style="list-style-type: none"> - Coordenar as ações de promoção e desenvolvimento do turismo regional - Promover atividades inovadoras, diferenciadas e afirmativas das potencialidades locais - Impulsionar a aposta em produtos estratégicos a nível regional | Sinergias turísticas entre Tarouca e os Concelhos vizinhos | N.º e tipo | Concelho | Município | |
| | | | | Iniciativas municipais de promoção do turismo | N.º e tipo | | | |
| | | | | Agentes/ Iniciativas locais | N.º e tipo | | | |
| | | | | Parcerias com agentes privados com interesses económicos no concelho | N.º e tipo | | | |
| | EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS | DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS ASSOCIADOS AO TURISMO | <ul style="list-style-type: none"> - Promover o Turismo como um sector económico de destaque - Impulsionar a programação de infraestruturas de apoio ao turismo. | Unidades de alojamento | N.º e tipo | Concelho | INE e Município | |
| | | | | Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros | N.º | | | |
| | | | | Procura turística | Nº | | INE | |
| | | | | Tipo de oferta | Nº | | | |

| FCD | DOMÍNIO | CRITÉRIOS | OBJETIVO DE SUSTENTABILIDADE | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE |
|---------------------|--|---|---|--|----------------|--------------------|-----------------|
| QUALIDADE AMBIENTAL | RESÍDUOS | GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS | - Promover uma política adequada de gestão de resíduos - Contribuir para a saúde pública | Resíduos Urbanos Recolhidos | Ton. | Concelho | INE |
| | | | | Resíduos Urbanos Recolhidos Seletivamente | Ton. | | |
| | | | | Iniciativas de sensibilização para a separação de resíduos | N.º | | Município |
| | ÁGUA | EXPLORAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS HÍDRICOS | - Incitar a proteção e conservação dos recursos hídricos | Evolução da quantidade de água subterrânea | M | Concelho | SNIRH |
| | | | | Qualidade da água subterrânea e superficial | Classe e % | | |
| | | | | N.º de descargas ilegais detetadas nas linhas de água | N.º | | Município |
| | | INFRAESTRUTURAÇÃO AO NÍVEL DO SANEAMENTO BÁSICO | - Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais | População servida por sistemas de abastecimento de águas | % | Concelho | INE e Município |
| | | | | População servida por sistema de drenagem | % | | |
| | | | | População servida por sistema de tratamento | % | | |
| | | USO E GESTÃO EFICIENTE DA ÁGUA | - Promover o uso eficiente da água e a gestão do recurso | Consumo de água por tipo de uso | M ³ | Concelho | INE |
| | Perdas no sistema de abastecimento | | | % | | | |
| | Iniciativas de promoção do uso eficiente da água | | | N.º | Município | | |
| | Ruído | NÍVEIS DE RUIDO DE AMBIENTE EXTERIOR | - Assegurar a implementação de medidas que garantam bem-estar das populações | População afetada pelos níveis de ruído | % | Concelho | Município |
| | | | | Queixas de Munícipes | N.º | | |
| | | | | N.º de inquéritos de satisfação realizados à população | N.º | | |
| | | | | N.º de melhorias sugeridas pela população | N.º | | |
| AR | QUALIDADE DO AR | - Incitar a uma gestão adequada da | Índice de qualidade do ar | Classe | Estações de | CCDRN | |

| FCD | DOMÍNIO | CRITÉRIOS | OBJETIVO DE SUSTENTABILIDADE | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE |
|-----|---------|----------------------------------|--|--|---------|--|-----------|
| | | | qualidade do ar que salvguarde a saúde pública - Promover o controlo dos níveis de poluição do ar | Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites | N.º | medição fixas existentes na Região Norte | |
| | ENERGIA | EFICIÊNCIA DO CONSUMO ENERGÉTICO | - Fomentar o uso eficiente e racional da energia | Consumo de energia elétrica por tipologia de utilização | kWh | Concelho | INE |
| | | | | Iniciativas de promoção do uso eficiente da energia | n.º | | Município |
| | | | | Nº de intervenções para promover a eficiência energética nos edifícios e na iluminação pública | Nº | | |
| | | | | Aplicação de soluções ambientalmente sustentáveis na construção privada e pública | Nº | | |

| FCO | DOMÍNIO | CRITÉRIOS | OBJECTIVO DE SUSTENTABILIDADE | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE |
|---------------------------------|---|---------------------------------------|---|--|------------|------------------------|--------|
| RISCOS AMBIENTAIS | RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL | GESTÃO DO RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL | <ul style="list-style-type: none"> - Prevenir a ocorrência de incêndios florestais - Aumentar da resiliência do território aos incêndios florestais | Risco de incêndio | Classe | Concelho | PMDFCI |
| | | | | Compartimentação do Espaço Florestal | N.º | | |
| | | | | Área ardida | ha | Concelho/ Freguesia | ICNF |
| | | | | Ocorrências de incêndio | N.º | | |
| | | | | Corporações de combate a incêndio | N.º | Concelho | PME |
| | | | | Quantificação das áreas associadas à floresta com múltiplos usos | N.º | | |
| | | | | Quantificação das áreas ardidas rearborizadas com espécies florestais mais adaptadas | N.º | | |
| | | | | Quantificação das áreas a sujeitar a ações de recuperação | N.º | | |
| | | | | Quantificação das áreas afetas à silvo pastorícia e das associadas à gestão de condução de povoamentos | N.º | | |
| | | | | Tipo de produção florestal vs compartimentação | Tipo e N.º | | |
| | Medidas implementadas para a prevenção / controlo | Tipo e N.º | | | | | |
| | RISCOS HIDROLÓGICOS | PREVENÇÃO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES | <ul style="list-style-type: none"> - Diminuir os efeitos da ocorrência de cheias e inundações sobre bens materiais | Precipitação | mm | | |
| | | | | Zonas Inundáveis em perímetro urbano | ha | | |
| | | | | Cheias | N.º | | |
| Uso do solo em zonas inundáveis | | | | Tipologia e N.º | | | |

| FCD | DOMÍNIO | CRITÉRIOS | OBJECTIVO DE SUSTENTABILIDADE | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE |
|-----|-----------------------|---|--|---|------------|--------------------|-----------|
| | | | | Ações de prevenção de cheias | N.º | | |
| | RISCO DE EROÇÃO | PREVENÇÃO DO RISCO DE EROÇÃO | - Prevenir a degradação dos solos - Acautelar perda de bens materiais com a manifestação de movimentos de vertente | Uso do solo nas áreas com risco de erosão | ha e tipo | Concelho | Município |
| | | | | Área com Risco de Erosão | ha | | |
| | ACIDENTES INDUSTRIAIS | PREVENÇÃO DE ACIDENTES INDUSTRIAIS | - Prevenir a ocorrência de acidentes industriais - Adoção dos procedimentos de higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação vigente para o tipo de unidade industrial instalada | Acidentes Industriais | N.º e tipo | Concelho | Município |
| | | | | Indústrias com Planos de Emergência Internos/ Externos e de Projetos da Especialidade de SCIE | N.º | | |
| | | | | Indústrias abrangidas pelo DL n.º 254/2007, de 12 de julho | N.º | | |
| | | AVALIAÇÃO DA CONTAMINAÇÃO DOS AQUIFEROS | - Prevenir a ocorrência de contaminação dos aquíferos na sequência de derrames, nomeadamente a jusante das zonas industriais | Ocorrência de contaminação dos aquíferos | N.º | | |

5.2_ SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

Neste ponto será efetuada a análise e avaliação dos fatores críticos de decisão, incidindo nos seguintes aspetos:

- **Situação existente** para cada um dos fatores críticos de decisão considerados, bem como a sua provável evolução sem a aplicação do plano, tendo em conta os diversos critérios e indicadores definidos;
- **Efeitos esperados** da aplicação do plano;
- **Oportunidades e ameaças.**

De forma a identificar os **efeitos esperados** da proposta de Revisão do PDMT sobre cada um dos fatores críticos de decisão, apresenta-se o quadro que se segue. A análise identifica os efeitos positivos e negativos dos objetivos estratégicos sobre cada um dos critérios estabelecidos para os FCD.

Quadro 5 – Avaliação dos objetivos estratégicos da proposta de revisão do PDMT, por FCD

| Objetivos Estratégicos | | FCD Território e Desenvolvimento Regional | | |
|------------------------|--|---|-------------------------------------|-------------------|
| | | Ordenamento do Território | Atratividade e Vitalidade Económica | Qualidade de Vida |
| 1 | Valorização da dimensão supramunicipal de Tarouca e criação de uma imagem de marca | + | + | + |
| 2 | Integração regional e reforço da mobilidade | + | + | + |
| 3 | Valorização e dinamização turística do património | + | + | + |
| 4 | Estruturação e qualificação dos espaços construídos - Património, urbanidades e equipamentos | + | + | + |
| 5 | Valorização da sustentabilidade do espaço natural | + | + | + |

| Objetivos Estratégicos | | FCD Desenvolvimento Turístico | | |
|------------------------|--|-------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|
| | | Valorização do Património | Potenciação das Dinâmicas Turísticas | Equipamentos e Serviços |
| 1 | Valorização da dimensão supramunicipal de Tarouca e criação de uma imagem de marca | + | + | + |
| 2 | Integração regional e reforço da mobilidade | + | + | + |
| 3 | Valorização e dinamização turística do património | + | + | + |
| 4 | Estruturação e qualificação dos espaços construídos - Património, urbanidades e equipamentos | + | + | + |
| 5 | Valorização da sustentabilidade do espaço natural | + | + | + |

| Objetivos Estratégicos | | FCD Qualidade Ambiental | | | | |
|------------------------|--|-------------------------|------|-------|----|---------|
| | | Resíduos | Água | Ruído | Ar | Energia |
| 1 | Valorização da dimensão supramunicipal de Tarouca e criação de uma imagem de marca | - | - | - | - | - |
| 2 | Integração regional e reforço da mobilidade | - | - | - | - | - |
| 3 | Valorização e dinamização turística do património | + | + | + | + | + |
| 4 | Estruturação e qualificação dos espaços construídos - Património, urbanidades e equipamentos | + | + | + | + | + |
| 5 | Valorização da sustentabilidade do espaço natural | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| Objetivos Estratégicos | | FCD Riscos Ambientais | | | |
|------------------------|--|-----------------------|-----------------|--|--------------------------------|
| | | Risco de Incêndio | Risco de Cheias | Risco de Erosão e Deslizamento de Terras | Risco de Acidentes Industriais |
| 1 | Valorização da dimensão supramunicipal de Tarouca e criação de uma imagem de marca | - | - | - | - |
| 2 | Integração regional e reforço da mobilidade | - | - | - | - |
| 3 | Valorização e dinamização turística do património | + | 0 | 0 | 0 |
| 4 | Estruturação e qualificação dos espaços construídos - Património, urbanidades e equipamentos | + | + | + | + |
| 5 | Valorização da sustentabilidade do espaço natural | 0 | 0 | 0 | 0 |

Da análise dos quadros anteriores, verifica-se que no seu conjunto é expectável um efeito positivo dos objetivos estratégicos da proposta de revisão do PDMT sobre os diferentes critérios de avaliação de cada um dos FCD em análise, uma vez que esta proposta de revisão se traduz num contributo positivo no processo de desenvolvimento sustentado do município ao desenhar um cenário de desenvolvimento e um modelo de ordenamento associado. Além disso, aposta na definição e na qualificação de espaços vocacionados, estruturados e infraestruturados para a instalação de atividades económicas, permitindo perspetivar cenários mais otimistas para a atração e fixação de novos investimento e para a criação de mais e melhor emprego.

Mesmo que a implementação e concretização de alguns projetos enquadrados nos objetivos estratégicos do PDM de Tarouca possam gerar eventuais efeitos negativos sobre o ambiente estes podem (e devem) facilmente ser anulados ou minimizados com a adoção de medidas mitigadoras apontadas. De qualquer forma será sempre importante acompanhar e monitorizar o processo de implementação do plano, acompanhando e avaliando os efeitos produzidos sobre o território (logo também sobre o ambiente) das políticas e opções públicas e das dinâmicas da ação e do investimento privado.

No geral, os potenciais efeitos positivos da implementação do plano excedem, largamente, eventuais efeitos negativos sobre o meio ambiente, pelo que se considera que a proposta de revisão do PDM de Tarouca concorre e contribui para um melhor, mais sustentado e mais equilibrado ordenamento e gestão do território e do ambiente.

A elaboração e execução da revisão do PDM de Tarouca permite uma melhor e mais adequada organização territorial, pois permite estabelecer e desenhar uma estrutura de desenho urbano coerente, integrada e permite, ainda, definir um conjunto de regras urbanísticas que orientarão as condições de uso e ocupação do território, bem como a programação faseada das redes de infraestruturas gerais, garantindo, assim, a racionalização ótima do espaço e dos meios disponíveis de investimento público.

O modelo de ocupação urbana definido contraria a dispersão baseia-se no reforço da lógica da rede de aglomerados tradicionais, permitindo perspetivar a compreensão do modelo de ocupação tradicional e respeitar a identidade e as formas de vida associadas a territórios, assumida e marcadamente, rurais. No mesmo sentido, o modelo de ordenamento evidencia a importância do suporte físico de base, com especial incidência na importância do setor florestal, enquadrando-se perfeitamente nas orientações emanadas no PROF Douro;

A aposta na valorização dos seus recursos, patrimoniais e naturais, revela a importância concedida ao quadro de recursos e permite perspetivar o desenvolvimento da aposta no setor do turismo. A aposta na promoção, divulgação, exploração de novos mercados e no incentivo ao desenvolvimento das atividades tradicionais, permite perspetivar condições de fixação das populações nos aglomerados de origem e na manutenção de um modelo de ocupação do território marcadamente rural, mas nem por isso, menos qualificado.

Espera-se, assim, do processo de implementação da revisão do PDM de Tarouca contributos positivos nomeadamente:

- Uma maior organização espacial, definindo o regime do uso do solo e garantindo a racionalização e potencialização, dos espaços, dos recursos e das oportunidades presentes no contexto regional.
- Uma distribuição mais equilibrada e mais qualificada, das diversas funções de um território. Além disso, promoverá um modelo de desenvolvimento e de crescimento económico, de proteção do ambiente e de desenvolvimento social da região, que se enquadra e responde aos desafios resultantes das atuais transformações estruturais dos sistemas económicos, com fortes exigências urbanísticas e ambientais.

No essencial, espera-se da proposta de revisão do PDM de Tarouca, potenciar a dinamização da economia local, melhorar a qualidade de vida das populações e fomentar a organização espacial do território, num modelo equilibrado entre o modelo de ocupação (modelo urbano) e o sistema biofísico que o suporte.

De acordo com a análise efetuada, verifica-se existir um conjunto de **ameaças e oportunidades** sobre cada um dos FCD, no que diz respeito à implementação da proposta de revisão do PDMT.

Quadro 6 – Oportunidades e Ameaças por FCD

| FCD | OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|---|---|--|
| <p>TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL</p> | <p>Melhoria do estado de ordenamento do território contribuindo para um maior equilíbrio entre os diversos usos e funções e o sistema biofísico;</p> | <p>Tendência para o declínio demográfico e o abandono e desertificação dos aglomerados tradicionais;</p> <p>Excessiva polarização da sede do Concelho;</p> <p>Abandono da produção silvícola e agropecuária;</p> <p>Inutilização de Solo classificado como Rústico, que mantinham uma ocupação florestal;</p> <p>Aumento dos fluxos e dos volumes de tráfego, em especial, de pesados;</p> <p>Impactos paisagísticos na área envolvente;</p> <p>Aumento dos níveis de impermeabilização do solo;</p> <p>Perda da identidade local;</p> <p>Descaracterização dos espaços e formas de vida por uma atividade turística que possa ser mal planeada;</p> <p>Dinâmicas de declínio próprias de território de acentuada “interioridade”;</p> <p>Fracas condições e acessibilidade.</p> |
| | <p>Racionalização, exploração e potenciação dos principais recursos presentes no território, em especial a floresta, a vinha, a baga do sabugueiro e a produção da castanha, criando condições para dinamizar a base económica local.</p> | |
| | <p>Criação de espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas estruturados e infraestruturados que sejam atrativos e promovam a fixação de investimentos.</p> | |
| | <p>Possibilidade de executar um desenho urbano estruturado, coerente e atrativo numa área de topografia favorável e sem a presença de condicionantes ao uso, ocupação e transformação do solo, relevantes.</p> | |
| | <p>Possibilidade de incentivar e fortalecer o desenvolvimento das atividades tradicionais em especial dos enchidos ou da produção de maçã, castanha e da baga do sabugueiro.</p> | |
| | <p>Promoção de uma capacidade atrativa do município no que respeita ao turismo rural valorizador dos valores patrimoniais e das atividades tradicionais.</p> | |
| | <p>Promoção da diversidade de recursos turísticos existentes, naturais, paisagísticos, patrimoniais, culturais e gastronómicos, como potenciadores do desenvolvimento económico sustentável do concelho</p> | |
| | <p>Existência de percursos pedestres e circuitos históricos e naturais definidos.</p> | |
| | <p>Aproveitamento das zonas ribeirinhas, para fomento de espaços verdes, de lazer e de recreio.</p> | |
| | <p>Aposta no turismo diferenciado, encontrando modelos inovadores e</p> | |

| | | |
|--|---|--|
| | que tirem partido da singularidade dos elementos naturais e culturais presentes a nível concelhio | |
| | Dinâmica presente ao nível das unidades de turismo rural | |

| FCD | OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|----------------------------------|---|---|
| DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO | Valorização do Património, fomentando a complementaridade entre património natural e cultural | |
| | Impulsionar a identificação do património construído diferenciador e promover a recuperação do património edificado | Aumento dos fluxos e dos volumes de tráfego, em especial, de pesados; |
| | Coordenar e implementar ações de promoção e desenvolvimento do turismo regional | Impactos paisagísticos na área envolvente; |
| | Promover atividades e redes inovadoras, diferenciadas e afirmativas das potencialidades locais | Aumento dos níveis de impermeabilização do solo; |

| FCD | OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|----------------------------|---|--|
| QUALIDADE AMBIENTAL | Revitalização urbanística e renovação do sistema de drenagem de águas residuais e de tratamento de águas residuais. | Aumento da produção de resíduos indiferenciados. |
| | Conservação dos recursos hídricos afetos a esta zona, decorrentes de operações de proteção das áreas ribeirinhas. | Inadequada gestão de efluentes agropecuários e agroindustriais. |
| | Potencial na produção de energias renováveis em diversos domínios: hídrico, eólico, solar, biomassa, etc. | Manutenção do consumo de água tratada para outros fins para além do consumo humano. Aumento do consumo de energia proveniente de fontes não renováveis. |

| FCD | OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|--------------------------|---|---|
| RISCOS AMBIENTAIS | Dinamização das atividades económicas relacionadas com o setor da agricultura e floresta. | Risco de Incêndio |
| | Conservação dos recursos hídricos afetos a esta zona, decorrentes de operações de proteção das áreas ribeirinhas. | Risco de Cheias/ Inundações |
| | Ações de reflorestação do solo. | Risco de erosão condicionada por incêndio florestal |

Pela análise anterior, verifica-se que serão mais as oportunidades do que as ameaças que poderão surgir com a implementação da proposta de revisão do PDM de Tarouca.

No que diz respeito ao fator crítico “Território e Desenvolvimento Regional”, são poucas as ameaças diretas que se podem identificar, uma vez que esta área não apresenta grandes problemas em termos de ordenamento do território. Estas, praticamente, resumem-se à tendência instalada para o declínio deste tipo de Concelho onde a interioridade é marcada e acentuada.

Do ponto de vista do ordenamento territorial, o balanço entre as ameaças e as oportunidades é favorável à proposta de elaboração de revisão do PDM de Tarouca, uma vez que potencia a organização espacial do território e contribui para uma afirmação da competitividade da base económica local, indo de encontro às metas e orientações estratégicas propostas pelos diferentes programas e políticas de âmbito nacional, regional e local.

Quando ao Fator Crítico “Desenvolvimento Turístico” a ameaça mais direta terá a ver com as consequências dos Impactos paisagísticos na área envolvente resultantes das eventuais intervenções turísticas, o do aumentos dos níveis de impermeabilização do território, salvaguardando eventuais ameaças à conservação da natureza e biodiversidade. No entanto, esta ameaça estará afastada se as atividades que venham a ser desenvolvidas tiverem em conta as medidas e orientações estratégicas definidas pelos diferentes programas e políticas em matéria do ambiente, de âmbito nacional, regional e local.

Relativamente ao fator crítico “Qualidade Ambiental”, são poucas as ameaças diretas que se podem identificar, uma vez que resultarão principalmente do crescimento populacional que se ambiciona com a execução desta proposta de revisão do PDM. Ou seja, se através da aprovação da revisão deste PDM pretende-se que os aglomerados populacionais sejam reestruturados, revertendo a tendência contínua de perda de população no Concelho. Automaticamente poderá ser verificado um aumento na produção de resíduos e efluentes e no consumo de energia e água.

Não obstante, estas ameaças são facilmente superáveis através de uma maior valorização de resíduos, duma contínua aposta em sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais e através da aposta em energias renováveis. Relativamente às oportunidades, estas são bastante evidentes para a promoção deste fator crítico uma vez que se prevê a minimização das principais ameaças que Tarouca enfrenta em termos de qualidade ambiental, nomeadamente através da conservação dos recursos hídricos afetos a esta zona, decorrentes de operações de proteção das áreas ribeirinhas e da renovação do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais.

No que diz respeito ao Fator Crítico “Riscos Ambientais” o potenciamento de uma economia relacionadas com o setor da agricultura e floresta é um redutor dos riscos de incêndio florestal para o município de Tarouca, uma vez que os incêndios são muitas vezes reflexo do abandono dos campos agrícolas e outras atividades associadas, sendo por isso considerado um ponto forte que a revisão deste PDM pretende dinamizar, já que um dos seus objetivos para pela criação de novas

oportunidades de turismo e lazer, associadas ao seu quadro de recursos naturais e ao fortalecimento da base económica local. Relativamente às principais ameaças, evidencia-se o risco de incêndio, já que a área florestal do concelho é, como referido anteriormente, de grande dimensão e com características que fazem crescer a sua vulnerabilidade, pelo que a manifestação deste risco poderá levar à destruição quer de floresta quer de edifícios, resultando em perdas de ecossistemas e bens com custos económicos e impactos ambientais graves, resultando também uma degradação ao nível dos solos e das suas características. Acresce ainda a maior suscetibilidade à erosão em áreas áridas.

Pese embora se verifiquem algumas fragilidades na área de intervenção, o regulamento e os objetivos do PDM atenderam à minimização dos seus efeitos face às condicionantes conhecidas.

6_ PROGRAMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

A identificação de um programa de gestão e monitorização ambiental apresenta dois objetivos principais:

- Efetuar um acompanhamento da Avaliação Ambiental Estratégica tendo em conta as principais diretrizes de seguimento identificadas para cada fator crítico de decisão,
- Acompanhar a evolução dos indicadores dos fatores críticos da decisão em termos quantitativos, apresentando os valores da situação existente e a meta que se pretende alcançar.

Este acompanhamento permitirá assim verificar a evolução da área, tendo como referência a situação atual, possibilitando uma análise mais concreta dos efeitos dos objetivos do plano sobre os fatores críticos de decisão em análise. Desta forma, estará assegurada a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, gestão, monitorização e avaliação da proposta de revisão do PDM de Tarouca, pois é objetivo da AAE efetuar uma monitorização e avaliação de desempenho.

Tendo em conta o referido no Artigo 11.º da Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho, e no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), os resultados do previsto no Plano de Controlo deverão ser atualizados com uma periodicidade mínima anual pela entidade responsável pela elaboração do Plano (Câmara Municipal de Tarouca), serão divulgados pela entidade referida através de meios eletrónicos e posteriormente remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente.

Na sequência da monitorização anual exigida, deverá ser realizada uma nova ponderação relativa à evolução de cada indicador, e deverão ser avaliadas as medidas preconizadas, de forma a alcançar as metas pretendidas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição ou ajuste destas mesmas medidas e metas, correspondendo este momento a uma revisão do Plano de Controlo da fase de seguimento.

Neste contexto, com base nos indicadores identificados e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta do plano em análise pode ter sobre estes, sugerem-se algumas diretrizes para que a proposta de revisão do PDM de Tarouca possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade da área em estudo em particular, e do município no geral (quadro 7).

Quadro 7 – Diretrizes de seguimento dos critérios identificados para cada um dos FCD

| FCD | CRITÉRIO | DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO |
|---|-----------------------------|--|
| TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL | Território | <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer um correto ordenamento, através da definição ajustada do perímetro urbano; • Assegurar a minimização de áreas impermeabilizadas nos espaços urbanos; • Promover um correto ordenamento, devidamente articulado com as condicionantes do território; • Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos, na área de acolhimento empresarial e local criada; • Promover uma correta gestão dos espaços verdes e assegurar a sua inserção na EEM. |
| | Acessibilidades | <ul style="list-style-type: none"> • Promover o correto ordenamento da estrutura rodoviária da área do plano; • Promover a inserção da área de acolhimento empresarial e local criada na estrutura viária municipal; • Assegurar a criação de uma rede de transporte públicos que assegure as ligações intraconcelhias. |
| | População | <ul style="list-style-type: none"> • Criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, nomeadamente em termos de emprego, através da captação e fixação de novos investimentos geradores de emprego qualificado; • Criar condições que promovam a melhoria das qualificações académicas da população no concelho, nomeadamente em termos do ensino profissional, através da criação de cursos direccionados para o desenvolvimentos dos produtos endógenos. |
| | Habitação | <ul style="list-style-type: none"> • Defender o equilíbrio ambiental do espaço urbano; • Monitorizar as obras de reabilitação/recuperação garantindo que as características próprias dos edifícios são preservadas; • Promover uma política de recuperação e manutenção de edifícios degradados; • Recuperar edifícios que representem traços da memória e da identidade locais nos diversos aglomerados. |
| | Equipamentos | <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar uma oferta de equipamentos de diversas tipologias; • Assegurar a qualidade da oferta de serviços de apoio à infância e a idosos. • Garantir um espaço público atrativo e confortável • Promover uma correta utilização e gestão dos equipamentos • Criar infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva atrativos e que permitam o usufruto por parte das comunidades locais. |
| | Vitalidade Económica | <ul style="list-style-type: none"> • Promover políticas de atração e de fixação de novas unidades industriais, desenvolvendo e implementando um plano de comunicação e de marketing territorial, direccionado para a promoção das empresas e dos produtos locais. • Impulsionar o progresso económico do concelho, garantindo a disponibilidade e o acesso, de todas as unidades empresariais instaladas, a todas as infraestruturas, bem como incentivar a incorporação, em todas as atividades das empresas instaladas, de princípios de ecoeficiência e de sustentabilidade ambiental; • Promover políticas de atração e de fixação de novos quadros técnicos médios e superiores. |

| FCD | CRITÉRIO | DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO |
|-----|--|---|
| | <p>Oportunidades de Desenvolvimento</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Promover a divulgação dos produtos locais, no ramo agroalimentar, nomeadamente a produção dos famosos vinhos e espumantes das Caves da Murganheira; • Promover a divulgação da Região Demarcada de Espumantes e Vinhos, contribuindo para a rentabilização da produção vinícola "Vinho de mesa da Varosa"; • Promover a divulgação da Região Demarcada de Espumantes e Vinhos, contribuindo para a rentabilização da produção vinícola "Vinho de mesa da Varosa"; • Promover no âmbito da produção da Castanha, a integração do concelho na Região Demarcada de Origem Protegida "Soutos da Lapa". • Promover o município de Tarouca como maior produção nacional da Baga do Sabugueiro (com aplicações a nível farmacêutico, tinturaria, medicina tradicional e doçaria) |

| FCD | CRITÉRIO | DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO |
|---|--|--|
| <p>DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO</p> | <p>Potencialidades das Dinâmicas Turísticas</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Promover o turismo regional como atividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável, incentivando, motivando e envolvendo os agentes/investidores locais no desenvolvimento de projetos na área do Turismo da Natureza, Turismo de habitação, Turismo em Espaço Rural e outras formas de Turismo, de forte contacto com a Natureza; • Elaborar Projetos de valorização das Margens Ribeirinhas. • Criar Rede de Sítios e de Acontecimentos com interesse par ao Turismo, o Recreio e o Lazer • Definir uma estratégia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável para o Município que envolva os seguintes domínios: Liderança, Criação de Redes de Sítios, Envolvimento de Parceiros, Estratégia de Animação e de Comunicação e Marketing. |
| | <p>Valorização do Património</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar a Carta do Património Municipal; • Fomentar a complementaridade entre património natural e cultural; • Impulsionar a identificação do património construído diferenciador; |
| | <p>Disponibilidade de Equipamentos e Serviços Associados ao Turismo</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Promover o turismo como setor económico de destaque; • Impulsionar a programação de infraestruturas de apoio ao turismo. |

| FCD | CRITÉRIO | DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO |
|----------------------------|--|--|
| QUALIDADE AMBIENTAL | Gestão Sustentável dos Resíduos Sólidos | <ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a quantidade de resíduos valorizáveis com destino final no aterro; • Monitorizar os resíduos valorizáveis e os que vão para aterro; • Promover ações de sensibilização de separação de resíduos, relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos sólidos urbanos no âmbito da recolha seletiva, e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos; • Adotar um sistema de recolha seletiva de RSU recorrendo às melhores tecnologias disponíveis (MTDs), nomeadamente, a aspiração de RSU por vácuo, implementando pólos de recolha em todas as infraestruturas a construir; • Colocar ecopontos semienterrados com capacidade até 5000l, para papel, embalagens e vidro, visando a recolha seletiva. |
| | Exploração Eficiente dos recursos Hídricos | <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos; • Promover ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos (medidas de redução do consumo de água, entre outras); |
| | Infraestruturação ao nível do Saneamento Básico | <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o uso racional e eficiente da água; • Assegurar o cumprimento nas normas de qualidade das águas para consumo humano; • Estabelecer um programa de monitorização do consumo de água; • Assegurar e promover ações que visem o uso eficiente e racional da água, como a implementação de sistemas que identifiquem as perdas existentes na rede de distribuição; |
| | Uso e Gestão Eficiente da Água | <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que os sistemas de drenagem de águas residuais e de tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada. |
| | Níveis de Ruído de Ambiente Exterior | <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o cumprimento dos valores limite estipulados para o ruído em áreas urbanas. |
| | Poluição Atmosférica | <ul style="list-style-type: none"> • Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera; • Assegurar o cumprimento dos valores limite estipulados para os poluentes regulamentados. |
| | Eficiência do Consumo Energético | <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a implementação de sistemas de gestão de energia, através da avaliação de consumos (programa de monitorização); • Promover ações de sensibilização relativas à poupança de energia; • Promover medidas de incentivo ao uso de energias renováveis; • Garantir a Certificação Energética dos Edifícios públicos. |

| FCD | CRITÉRIO | DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO |
|----------------------|---|--|
| RISCOS AMBIENTAIS | Gestão dos Risco de Incêndio Florestal | <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o cumprimento das orientações e responsabilidades estabelecidas pelo PMDFCI e PROF – Douro; • Fomentar a implementação de planos de emergência; • Assegurar a reflorestação das áreas percorridas por incêndios florestais atendendo às boas práticas silvícolas; • Promover ações de sensibilização à população sobre comportamentos de risco; • Assegurar a reflorestação das áreas percorridas por incêndios florestais atendendo às boas práticas silvícolas. |
| | Prevenção de Cheias e Inundações | <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a existência de medidas de defesa contra o risco de inundação; • Garantir a limpeza e desassoreamento das linhas de água; • Garantir o cumprimento de boas práticas de proteção do solo e dos ecossistemas no que refere a solos com características passíveis de inundação, em fase de construção e de seguimento de projetos; • Monitorizar a implementação dos planos de emergência face à ocorrência de situações de inundação; • Garantir a operacionalização dos planos de emergência em caso de ocorrência de inundação. |
| | Prevenção de Riscos de Erosão | <ul style="list-style-type: none"> • Promover a reflorestação com espécies autóctones e edafoclimaticamente adaptadas ao território em áreas ardidas; • Adaptar práticas de conservação do solo. |
| | Prevenção de Acidentes Industriais | <ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar a ocorrência de acidentes industriais, nomeadamente derrames, explosão e incêndio industrial; • Fomentar a implementação de planos de emergência; • Garantir a implementação das normas de higiene e segurança em função das características das atividades a instalar. |

O quadro seguinte (quadro 8) dá continuidade ao programa de gestão e monitorização ambiental, apresentando os indicadores que deverão ser avaliados periodicamente, no sentido de se assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, gestão, monitorização e avaliação da Proposta de revisão do PDM de Tarouca.

Para uma análise mais efetiva e concreta à área do plano, não foram selecionados todos os indicadores identificados nos fatores críticos de decisão. Apenas se apresentam aqueles que efetivamente contribuirão para a análise evolutiva da área territorial em questão.

Quadro 8 – Indicadores para monitorização do plano no âmbito da AAE

| FC | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE | SITUAÇÃO ATUAL | | META A ATINGIR | |
|---------------------------------------|--|--|---------------------|--------------------|--------------------|----------------|-------------|----------------|----------|
| | | | | | | | | | |
| TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL | TERRITÓRIO | Solo Urbano | ha | Concelho | Município | 828,00 | | Manter | |
| | | Taxa de Ocupação do Perímetro Urbano | % | | | 72 | | | |
| | | Espaço Industrial | ha | | | 14,25 | | Manter | |
| | | Taxa de ocupação da Área de Acolhimento Empresarial e Local de Tarouca | % | | | 30 | | Aumentar | |
| | | Evolução dos Espaços de Atividades Industriais* | ha | | | * | | * | |
| | | Espaço Agrícola | ha | | | 3.020,90 | | Manter | |
| | | Espaço Florestal | ha | | | 6.139,99 | | Manter | |
| | | Estrutura Ecológica Municipal | ha | | | 5.847,17 | | Manter | |
| | POPULAÇÃO | População Residente | N.º | Concelho | INE | 8048 | | Aumentar | |
| | | Taxa de crescimento médio anual da população residente | % | Concelho | | -3,1 | | Aumentar | |
| | | Densidade Populacional | Hab/km ² | Concelho | | 78,3 | | Aumentar | |
| | | População residente segundo a qualificação académica | Classe e % | | | Concelho | Nenhum | 16,3 | Aumentar |
| | | | | | | | Pré-escolar | 2,2 | |
| | | | | | | | Básico | 68,7 | |
| | | | | | | | Secundário | 8,1 | |
| | | | | | | | Médio | 0,3 | |
| | Superior | 4,5 | | | | | | | |
| | Disponibilidade de transportes coletivos [apoio à 3ª idade e à pré-escola]* | N.º | | Município | * | | * | | |
| | Níveis de atendimento dos transportes coletivos [apoio à 3ª idade e à pré-escola]* | % | | | * | | * | | |
| | HABITAÇÃO | N.º de alojamentos, por tipo de alojamento | N.º | Concelho | INE | 6939 | | Aumentar | |
| | | Alojamentos por tipo de ocupação | N.º e tipo | Concelho | | Habitual | 2982 | Aumentar | |
| | | | | | | Secundário | 2367 | | |
| | Vago | 1582 | | | | | | | |
| EQUIPAMENTOS | Equipamentos de utilização coletiva | N.º | Concelho | Município | 125 | | Aumentar | | |
| | Índice de Envelhecimento | N.º | | INE | 121,8 | | Diminuir | | |
| | N.º de Serviços de apoio a idosos | N.º e Tipologia | | | Apoio domiciliário | 4 | | Aumentar | |
| | | | | | Centro de dia | 3 | | Aumentar | |

| FCD | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE | SITUAÇÃO ATUAL | | META A ATINGIR |
|-----|--------------------------------------|--|-----------------|--------------------|-----------|--------------------|----|----------------|
| | | | | | | | | |
| | | N.º de Serviços de apoio à infância | N.º e Tipologia | | | Lar de idosos | 2 | Aumentar |
| | | | | | | Lar residencial | 1 | Aumentar |
| | | | | | | Creche | 2 | Aumentar |
| | | | | | | ATL | 1 | |
| | | | | | | Jardim de Infância | 1 | |
| | VITALIDADE ECONÓMICA | Empresas por número de pessoas ao serviço | N.º | Concelho | INE | 625 | | Aumentar |
| | | Taxa de desemprego | % | | | 11,7 | | Diminuir |
| | | Taxa de Atividade | % | | | 40,5 | | Aumentar |
| | | População empregue por sectores de atividade | % | | | Primário | 9 | Aumentar |
| | | | | | | Secundário | 25 | |
| | | | | | | Terciário | 66 | |
| | | Tipo de empresas instaladas nos Espaços de Atividade Económica | Tipologia | | | * | | * |
| | Associações de produtores agrícolas* | N.º | * | | * | | | |
| | OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO | Marcas, certificações e /ou denominações de origem | N.º | Concelho | Município | 3 | | Aumentar |
| | | Setor florestal, agrícola e agropecuário* | N.º | | | * | | * |
| | | Nº de associações de produtores florestais* | Nº | | | * | | * |
| | | Nº de empresas associadas ao setor florestal* | Nº | | | * | | * |
| | | Áreas de Desenvolvimento Turístico* | N.º e tipo | | | * | | * |

| FCO | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE | SITUAÇÃO ATUAL | META A ATINGIR |
|---------------------------|--|---|------------|--------------------|-------------------------|----------------|----------------|
| | | | | | | | |
| DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO | VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO | Intervenções de valorização do espaço natural* | N.º e tipo | Concelho | Município | * | * |
| | | Rotas e percursos | N.º e tipo | | | 6 | Aumentar |
| | | Património Classificado | N.º e tipo | Concelho | DGPC | 12 | Aumentar |
| | | Património cultural de interesse municipal | N.º e tipo | | Município | 210 | Aumentar |
| | POTENCIAÇÃO DAS DINÁMICAS TURÍSTICAS | Sinergias turísticas entre Tarouca e os Concelhos vizinhos* | N.º e tipo | Concelho | Diversos | * | * |
| | | Iniciativas municipais de promoção do turismo* | N.º e tipo | | Município | * | * |
| | | Agentes/ Iniciativas locais* | N.º e tipo | | Diversos | * | * |
| | | Parcerias com agentes privados com interesses económicos no concelho* | N.º e tipo | | Município | * | * |
| | DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS ASSOCIADOS AO TURISMO | Unidades de alojamento | N.º e tipo | Concelho | Turismo de Portugal, IP | 8 | Aumentar |
| | | Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros | Nº camas | | | 131 | Aumentar |
| | | Procura turística* | Nº | | Município | * | * |
| | | Tipo de oferta* | Nº | | | * | * |

| FCO | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE | SITUAÇÃO ATUAL | | META A ATINGIR |
|--|--|--|--|--------------------|-----------------|-------------------|----------|----------------|
| | | | | | | | | |
| QUALIDADE AMBIENTAL | GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS | Resíduos Urbanos Recolhidos | Ton. | Concelho | INE | 2607 | | Aumentar |
| | | Resíduos Urbanos Recolhidos Seletivamente | Ton. e Tipologia | | | 335 | | Aumentar |
| | | | | | | Vidro | 103 | Aumentar |
| | | | | | | Papel / Cartão | 154 | Aumentar |
| | | | | | | Embalagem | 78 | Aumentar |
| | Iniciativas de sensibilização para a separação de resíduos * | Nº | * | | * | | | |
| | EXPLORAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS HÍDRICOS | Evolução da quantidade de água subterrânea* | M | Concelho | SNIRH | * | | * |
| | | Qualidade da água subterrânea e superficial | Classe e % | | | Subterrânea | <A3 | Aumentar |
| | | | | | | Superficial | 99,65 | |
| | Nº de descargas ilegais detetadas nas linhas de água* | Nº | * | | * | | | |
| | INFRAESTRUTURAÇÃO AO NÍVEL DO SANEAMENTO BÁSICO | População servida por sistemas de abastecimento de águas | % | Concelho | INE e Município | 95 | | Aumentar |
| | | População servida por sistema de drenagem | % | | | 74 | | Aumentar |
| | | População servida por sistema de tratamento | % | | | 70 | | Aumentar |
| | USO E GESTÃO EFICIENTE DA ÁGUA | Consumo de água por tipo de uso | M³ | Concelho | INE | 356 | | Manter |
| | | Perdas no sistema de abastecimento* | % | | | * | | * |
| | | Iniciativas de promoção do uso eficiente da água* | Nº | | | * | | * |
| | NÍVEIS DE RUÍDO DE AMBIENTE EXTERIOR | População afetada pelos níveis de ruído | Lden | Concelho | Município | < 55 dB(A) | 94% | Diminuir |
| | | | Ln | | | 55dB(A) < 65dB(A) | 5% | |
| | | | | | | <45dB(A) | 92% | |
| | | | | | | 45dB(A) < 55dB(A) | 7% | |
| Queixas de Municípes* | | Nº | * | | | * | | |
| Nº de inquéritos de satisfação realizados à população* | | Nº | * | | | * | | |
| Nº de melhorias sugeridas pela população* | Nº | * | | * | | | | |
| POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA | Índice de qualidade do ar | Classe e % | Estações de medição fixas existentes na Região Norte | CCDRN | MB / B | 77 | Manter | |
| | Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites | Nº | | | F / M | 3 | | |
| | | | | | 44 | | Diminuir | |

| FCD | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE | SITUAÇÃO ATUAL | META A ATINGIR |
|---|----------------------------------|--|-----------|--------------------|-------|----------------|----------------|
| | EFICIÊNCIA DO CONSUMO ENERGÉTICO | Consumo de energia eléctrica por tipologia de utilização | Tipo e % | Concelho | INE | Doméstica | 43 |
| Indústria | | | | | | 21 | |
| Agricultura | | | | | | 5 | |
| Iluminação vias públicas | | | | | | 9 | |
| Iluminação edif. Estado | | | | | | 4 | |
| Outros | | | | | | 18 | |
| Iniciativas de promoção do uso eficiente da energia* | | Nº | Município | * | * | | |
| Nº de intervenções para promover a eficiência energética nos edifícios e na iluminação pública* | Nº | Município | * | * | | | |
| Aplicação de soluções ambientalmente sustentáveis na construção privada e pública* | Nº | Município | * | * | | | |

| FCD | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE | SITUAÇÃO ATUAL | | PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO | |
|-------------------|---------------------------------------|---|-----------------|------------------------|-----------|-------------------------|--------|--------------------------|--------|
| | | | | | | | | | |
| RISCOS AMBIENTAIS | GESTÃO DO RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL | Risco de incêndio | Classe | Concelho | PMDFCI | Elevado | | Diminuir | |
| | | Compartimentação do Espaço Florestal* | Nº | | | * | | * | |
| | | Área ardida | ha | Concelho/ Freguesia | ICNF | 4089 | | Diminuir | |
| | | Ocorrências de incêndio | Nº | | | 30 | | Diminuir | |
| | | Corporações de combate a incêndio | Nº | Concelho | PME | 1 | | Aumentar | |
| | | Quantificação das áreas associadas à floresta com múltiplos usos* | Nº | | * | * | | * | |
| | | Quantificação das áreas ardidas rearbORIZADAS com espécies florestais mais adaptadas* | Nº | | * | * | | * | |
| | | Quantificação das áreas a sujeitar a ações de recuperação* | Nº | | * | * | | * | |
| | | Quantificação das áreas afetas à silvo pastorícia e das associadas à gestão de condução de povoamentos* | Nº | | * | * | | * | |
| | | Tipo de produção florestal vs compartimentação* | Tipo e N.º | | * | * | | * | |
| | | Medidas implementadas para a prevenção / controlo* | Tipo e N.º | | PMDFCI | Campanha sensibilização | * | | * |
| | Fiscalização | | | | | * | | * | |
| | PREVENÇÃO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES | Precipitação | mm | | Concelho | Município | 1023 | | Manter |
| | | Zonas Inundáveis em perímetro urbano | ha | | | | 3,41 | | Manter |
| | | Cheias | ha | 210,9 | | | Manter | | |
| | | Uso do solo em zonas inundáveis* | Tipologia e N.º | * | | | * | | |
| | | Ações de prevenção de cheias* | Nº | * | | | * | | |
| | PREVENÇÃO DO RISCO DE EROSIÃO | Uso do solo nas áreas com risco de erosão | Tipo | Concelho | Município | Agrícola e Florestal | | Manter | |
| | | Área com Risco de Erosão | ha | | | 1948,68 | | Diminuir | |

| FCD | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | ÂMBITO TERRITORIAL | FONTE | SITUAÇÃO ATUAL | PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO |
|------------------------------------|---|-------------|------------|--------------------|-----------|----------------|--------------------------|
| PREVENÇÃO DE ACIDENTES INDUSTRIAIS | Acidentes Industriais | | N.º e tipo | Concelho | Município | o | Manter |
| | Indústrias com Planos de Emergência Internos/ Externos e de Projetos da Especialidade de SCIE | | Nº | | | o | Manter |
| | Indústrias abrangidas pelo DL nº 254/2007, de 12 de julho* | | Nº | Concelho | * | * | * |
| | Ocorrência de contaminação dos aquíferos* | | Nº | | * | * | * |

- Não existe informação

(*) Indicador importante para ser avaliado na fase de seguimento e de monitorização do plano, mas para os quais não é possível identificar meta a atingir

7_ MODELO DE GOVERNANÇA

O êxito da implementação do Plano depende da estreita colaboração e do envolvimento entre as várias entidades intervenientes neste processo e da criação de condições favoráveis ao seu desempenho. Desta forma, é essencial a identificação das responsabilidades institucionais dos vários intervenientes no processo de AAE e no processo de implementação do Plano. Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”, (Partidário 2007), identifica-se um quadro de governança (quadro 32) para a elaboração da proposta de revisão do PDM de Tarouca, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Quadro 9 - Quadro de Governança para a Ação

| Entidades | Ações |
|--|--|
| Ministério de Economia – Delegação Regional do Norte | - Monitorizar e acompanhar todo o processo de licenciamento industrial subsequente ao plano. |
| Instituto da Água/Administração de Região Hidrográfica de Norte (ARH Norte) | - Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. |
| Agência Portuguesa do Ambiente/Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte | - Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água e da qualidade do ar. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Monitorizar, articulado com a Câmara Municipal, os valores de Ruído Ambiental decorrentes da execução do Plano. |
| Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas | - Acompanhar e assegurar a execução das políticas de conservação da natureza e das florestas, visando a conservação, a utilização sustentável, a valorização, a fruição e o reconhecimento público do património natural. - Disponibilização de informação relativa às áreas submetidas ao regime florestal. |
| Administração Regional da Saúde | - Acompanhar a fase de monitorização do Plano. |
| Autoridade para as Condições do Trabalho | - Controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho. |
| Circunscrição Florestal do Norte | - Garantir e monitorizar, articulado com a Câmara Municipal, a prevenção de Risco de Incêndio |
| Câmara Municipal de Tarouca | - Desenvolver processos de participação pública. - Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma |

| Entidades | Ações |
|---|--|
| | integrada no suporte biofísico. - Tratar os espaços não edificados e garantir um enquadramento paisagístico adequado. - Garantir e operacionalizar a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos. - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável. - Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. - Promover ações de formação e valorização profissional. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. |
| Juntas de Freguesia | - Operacionalização de operações de gestão de resíduos. - Fomentar diferentes formas de participação pública. |
| EDP / Distribuidor | - Garantir o fornecimento de Energia para a execução do Plano. |
| Sistema Multimunicipal de Água e Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro | - Garantir a qualidade da água para consumo humano à população servida pelo sistema de abastecimento de água na área do Plano |
| Comunidade Intermunicipal do Douro | - Garantir e acompanhar todo o processo de recolha e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e equiparados |
| Autoridade Nacional de Proteção Civil | - Garantir o acompanhamento e articulação das orientações e das políticas regionais de proteção civil com o Plano Municipal de Emergência |
| Autoridade Regional de Saúde | - Monitorizar e acompanhar |
| Direção regional de Agricultura e Pescas do Norte | - Salvaguardar as áreas integradas em RAN e promover e incentivar boas e adequadas práticas agrícolas. |
| População em Geral | - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Participar ativamente nos processos de consulta pública. |

8_ CONCLUSÕES

O presente relatório serve de base à **segunda fase do processo de AAE** da proposta de revisão do PDM de Tarouca. No presente Relatório Ambiental, a caracterização do objeto de avaliação foi desenvolvida tendo por base a informação disponível, estando metodologicamente adaptada ao grau de maturidade dos trabalhos da proposta de revisão apresentada.

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do PDM de Tarouca foi suportado na análise de quatro FCD – Território e Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Turístico; a Qualidade Ambiental e os Riscos Ambientais. No decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração de objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a AAE.

Foram tidos em consideração três Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM-MB. Conforme referido anteriormente neste Relatório, de uma forma geral, as questões ambientais apresentam-se consagradas nos objetivos estratégicos da proposta de revisão do PDM de Tarouca. No entanto, aquando da definição dos FCD usados na análise de tendências, foram detetadas algumas dificuldades na obtenção de informação para atender à análise de alguns dos indicadores propostos.

Salienta-se que a proposta de orientações de seguimento apresentada no Relatório Ambiental para cada fator crítico de decisão assenta numa lógica de sustentabilidade que permitirá ao Município fazer uma leitura permanente e ambientalmente correta da sua atuação. Neste cenário foi dado particular destaque aos elementos mais específicos de cariz ambiental, ainda que o conceito de ambiente que assiste a este tipo de instrumentos seja um conceito alargado como se pode reconhecer pela análise dos fatores propostos e selecionados em sede de Fatores Críticos.

Na avaliação efetuada não foram evidenciados/identificados impactes ambientais significativos que não possam ser alvo de medidas de minimização decorrentes diretamente das opções estratégicas do Plano. Evidencia-se, no entanto, a importância do acompanhamento da implementação da proposta de revisão do PDM-MB, através da atualização periódica do plano de controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental do concelho.

Com a implementação da presente proposta, promove-se significativamente a melhoria da qualidade ambiental e das condições de vida das populações locais, uma vez que estão previstas medidas que potenciam a valorização ambiental e territorial do município de Tarouca.

9_ BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, C; MENDONÇA, J.J.L.; JESUS, M.R.; GOMES, A.J. (2000) - Sistemas Aquíferos de Portugal Continental, Centro de Geologia e Instituto da Água.

DIREÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO; Guia para a Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território. Coleção Estudos 9. Lisboa: MCOTA-DGOTDU; 2003.

DIREÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO; Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. Documento de apoio 1. Lisboa: MCOTA-DGOTDU, 2008.

DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE. Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Amadora: DGA; 2000. ISBN 972-8419-48-1.

MARQUES, José Alfeu Almeida de Sá; SOUSA, Joaquim José de Oliveira (2006) – *Hidráulica Urbana – Sistemas de Abastecimento de Água*, Imprensa da Universidade, Coimbra.

OECD - DAC, Good Practice Guide on applying Strategic Environmental Assessment (SEA) in Development Cooperation. OECD. Paris, 2006.

Partidário, Maria do Rosário. Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica. Orientações estratégicas. Agência Portuguesa do Ambiente Lisboa, 2007. ISBN 978-972-8577-34-6.

PIMENTA, V. [et al] (2005) - *Situação populacional do Lobo em Portugal: resultado do Censo Nacional 2002/2003. Relatório Técnico*. Instituto de Conservação da Natureza/Grupo Lobo, Lisboa, 158pp+Anexos.

REBELO, Fernando (2003) – *Riscos Naturais e Ação Antrópica – Estudos e Reflexões*. 2ª Edição, Imprensa da Universidade, Coimbra.

Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, volume I, Mamíferos, Aves, Répteis e Anfíbios. Lisboa, 1990.

SIAM – Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação – Projeto SIAM II. F. D. Santos e P. Miranda (Editores). Gradiva, Lisboa. 2006.

Legislação e Regulamentação que suporta o Quadro de Referência Estratégico definido

Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro (retificado pelas declarações n.º 80-A, de 7 de setembro de 2007 e n.º 103-A/2007, de 2 de novembro de 2007) – aprova o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (**PNPOT**)

QREN (2007) – *Programa Regional Operacional do Centro 2007-2013 – Mais Centro*, Quadro de Referência Estratégico Nacional, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2005, de 30 de junho e Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto - Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (**ENDS**) e o respetivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (**PIENDS**)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de agosto – Aprova o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (**PNAC**)

Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril – Aprova o Plano Nacional da Água (**PNA**)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2008, de 4 de junho - Aprova o Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008 -2013 (**PNAAS**)

Despacho MAOT DR n.º 2339/2007, publicado no DR, 2ª Série, de 14 de fevereiro - Aprovação do **PEAASAR 2007-2013**, 28 de dezembro de 2006 – Aprovação da estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais para o período 2007-2013

CCDR (2010) – PROT-Norte: Plano Regional do Ordenamento do Território do Norte (PROT-Norte), <http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional>, consultado a 24 de outubro de 2014

Decreto Regulamentar n.º 19/2001, de 10 de dezembro – Aprova o Plano de Bacia Hidrográfica do Douro (**PBHR Douro**)

Decreto Regulamentar n.º 4/2007, de 22 de janeiro - Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro (**PROF Douro**)

Aviso n.º 21713/2008, de 12 de agosto – Aprova a primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca (**PDM Tarouca**)

Relatório **3.2**

Avaliação Ambiental
estratégica

Resumo Não Técnico

setembro 2017

Revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca